

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 05/2025
(Mandato 2025/2029)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTÉM 40 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 05/2025 (mandato de 2025/2029) da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 dezembro de 2025, iniciada às 17h30 e concluída às 21h30

Sumário

Páginas

ABERTURA	4
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	5
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA	5
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES	5
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	6
ORDEM DO DIA	8
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO	8
ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	9
DOCUMENTOS PREVISIONAIS (2026/2029) E MAPA DE PESSOAL PARA 2026	10
CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	16
PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO NO IRS	18
FIXAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL - IMI	21
FIXAÇÃO DE TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM	22
PROPOSTA DE DERRAMA	23
DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	24
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS	25
PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL	26
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	27
CONSELHO CONSULTIVO DE PAISAGEM PROTEGIDA DO CORNO DE BICO	28
CONGRESSO NACIONAL DA ANMP - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA	28
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	29
COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS	29
CONSELHO CINEGÉTICO	29
COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	30
COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA	30
REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES A CUSTOS CONTROLADOS	31
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	39

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO	40
--------------------	----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ABERTURA

No dia vinte e nove do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria Gomes de Castro e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), primeira e segunda, secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 17-12-2025.-----

Registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); José Augusto Viana de Sousa PPD/PSD; Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Natividade Maria Cândida Barbosa (PS); Ana Inês Barbosa Fernandes (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Elisabete Martins da Paixão (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); Maria Elisabete Barbosa da Costa (PPD/PSD); Tânia Gonçalves Pereira (PS); Tatiana Gonçalves Sardinha (PS); Filipa Marina Alves (PS); Miguel Filipe da Rocha Viana (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); Jorge Santos da Rocha (PS) – Presidente da Junta da freguesia de Aqualonga; Maria Lucinda Barreiro Pereira (PS) – Presidente da Junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS) – Presidente da Junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS) – presidente da Junta da freguesia de Cunha; José Manuel da Cunha Gomes (PS) – presidente da Junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS) – Presidente da Junta da freguesia de Mozelos; José Manuel Braga de Sousa (PS) – presidente da Junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS) – presidente da Junta da freguesia de Parada; Carlos Fernando da Cunha Páris (PS) – presidente da Junta da freguesia de Romarigães; Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro (PS) – presidente da Junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD) – presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS) – presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; António Soares Gonçalves Pereira (PS) – presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; João Paulo Peres Alves (PS) – presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Anselmo Manuel Araújo Rodrigues (Independente) – presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.-----

Do presidente da Câmara – Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS) e dos vereadores: Maria José Brito Lopes (PS); Maria Emília e Sousa Cerqueira PPD/PSD-CDS/PP; Vítor Manuel Rosas da Silva (PS); e Liliana Maria Pereira Lourenço – (PS) -----

Registou-se a falta do seguinte membro:-----

Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente) – presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares;

Substituições: -----

Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente) – presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares, substituído por Manuela Fernandes Soares Brandão (secretária da UF de Cossourado e Linhares)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia Municipal (AM), verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada em 10-09-2025. -----

Submetida à votação a ata da sessão ordinária realizada em 10-09-2025 foi aprovada por unanimidade.-----

Os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, não participaram na votação:-----

Natividade Maria Cândida Barbosa (PSD); Ana Inês Barbosa Fernandes (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Elisabete Martins da Paixão (PPD/PSD); Tânia Gonçalves Pereira (PS); Tatiana Gonçalves Sardinha (PS); Filipa Marina Alves (PS); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); Maria Lucinda Barreiro Pereira (PS) – Presidente da freguesia de Castanheira; Sónia Alexandra Barbosa Ribeiro (PS) – presidente da freguesia de Rubiães; Armando Ferreira Feijó (PS) – presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; João Paulo Peres Alves (PS) – presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Anselmo Manuel Araújo Rodrigues (Independente) – presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende -----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 02 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e emissão de votos e moções. -----

Pelo grupo municipal do Partido Socialista foram apresentados os seguintes votos de pesar, aprovados por unanimidade, em memória de: -----

- Ângelo de Jesus Brandão Pinto, autarca na freguesia de Cunha-----
- António Fernandes da Cunha, autarca na freguesia de Cristelo -----
- António Ferreira da Cunha, autarca na freguesia de Formariz -----

Em homenagem aos finados, foi guardado um minuto de silêncio. -----

Pelo grupo municipal do Partido Socialista foram apresentados os seguintes votos de louvor, aprovados, por unanimidade:-----

- Atleta, José Cunha, por participação em diversas provas desportivas, com grandes resultados e elevando o nome de Paredes de Coura. -----
- Atleta, Joaquim Sá, pela conquista de mais uma vitória no escalão veteranos. -----
- Sporting Clube Courense e ao Grupo Desportivo de Castanheira, pela distinção atribuída pela Federação Portuguesa de Futebol, relativa à época desportiva 2024/2025, no passado mês de outubro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata foram apresentados os seguintes votos de louvor, aprovados, por unanimidade:-----

- Ao Grupo Desportivo de Castanheira, pela conquista da supertaça AFVC 24/25 em futsal sénior feminino não apenas pela vitória alcançada, mas também pelo exemplo de união e persistência que oferece a todos os courenses.-----
- A Duarte Lopes Cunha, pela conquista do título de Campeão do Mundo, pela Seleção Nacional de Futebol sub-17, ocorrida no dia 27 de novembro de 2025, reconhecendo a importância das suas raízes courenses, que fazem deste título uma vitória também de Paredes de Coura.-----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpeleções ao presidente da Câmara Municipal. -----

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): “O PSD apresenta ao PS, como pessoalmente o transmiti no dia das eleições, os parabéns pela vitória que alcançou e deseja que possam exercer este mandato sempre no interesse de Paredes de Coura e na melhoria das condições de vida dos courenses. -----

Registamos, contudo, que ao nível dos resultados do distrito e no que concerne às assembleias municipais, os resultados evidenciam uma vitória clara do PSD e da coligação que suporta o Governo. O PS perde votação, 856 votos e, o PSD e a coligação que suportam o Governo aumentam a sua votação em 10 559 votos, vencendo claramente estas eleições, mesmo com o crescimento do Chega e da Iniciativa Liberal. -----

O crescimento da votação da coligação foi ainda muito superior ao aumento dos votantes, que se cifrou em 7 064 votos. Resulta desta conjugação e do PS ter perdido 2 câmaras municipais para a coligação que suporta o Governo, a maioria da CIM e os partidos que suportam o Governo resulta para isto a maioria da Comunidade Intermunicipal (CIM) para os partidos que suportam o Governo, numa clara e significativa derrota do Partido Socialista e por arrastamento da esquerda mais radical. -----

Registamos também em Paredes de Coura um aumento de 480 votantes face às eleições anteriores e que nos agrada este aumento da participação dos eleitores. Deste aumento de eleitores e, embora o PS tenha aumentado o número de votos em 123 eleitores, a sua percentagem diminuiu agora de 61% para 58%, enquanto o PSD aumentou a sua votação em 594 votantes e passou de 21,4% para 30,3%, congregando um reforço significativo da votação, captando novos eleitores dos diversos campos políticos, dado que o PS nem consegue captar a totalidade dos votos perdidos pelo PCP/PEV. Ora, o PS passou de ter quase o triplo da votação para menos do dobro e só a circunstância matemática do método de Hondt é que lhe permitiu manter o número de eleitos. --- -----

O PSD tem vindo a reforçar as suas votações e continuará a aprofundar o trabalho com os courenses para que em 2029 possamos merecer a confiança maioritária da votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste início de mandato e ainda que na oposição, o grupo municipal do PSD apresentará um conjunto de propostas no sentido de, tal como apresentamos aos Courenses, não desistirmos fazer aprovar aquilo que, na nossa opinião, permite uma clara melhoria das condições de vida dos courenses. -----

Há um conjunto de eixos e de valores em que atuaremos no âmbito da segurança, no âmbito da saúde, no âmbito da educação, no âmbito da justiça, no âmbito do apoio social e da intensificação dos mecanismos de promoção do elevador social, no âmbito do apoio às diversas instituições do concelho, no âmbito da promoção do desenvolvimento económico e inversão da tendência de perda da população e quadros courenses, no âmbito do planeamento da gestão territorial, do planeamento do crescimento da vila e do ordenamento do território, no âmbito da resolução da falta de habitação generalizada em todo o concelho e em particular para os mais desfavorecidos, com arrendamentos acessíveis e que possam servir muitos casais no concelho, no âmbito do relacionamento com as juntas de freguesia e da descentralização de competências e aumento da independência financeira e decisória das juntas de freguesia e no âmbito do aumento da transparência do município na sua relação com os courenses. No aumento e registo da possibilidade da interação digital e online dos courenses com o município e na publicidade das reuniões dos órgãos autárquicos, em particular com a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal. -----

Como nota final, não podemos deixar de registar que, não obstante ser lícito, politicamente, a opção da maioria do PS na eleição dos representantes desta Assembleia, na CIM que a opção que o PS tomou foi apenas um interesse estritamente partidário e não no interesse de Paredes de Coura. Seria muito mais no interesse de Paredes de Coura que a nossa terra tivesse um membro integrado no grupo parlamentar com a maioria, na Assembleia da CIM. -----

Foi um erro estratégico do PS, em claro prejuízo do interesse da nossa terra e que esperamos não se repita em algumas votações que hoje se colocam. Reiteramos os parabéns aos vencedores e reiteramos veementemente que a ação desta Câmara e desta Assembleia seja determinada exclusivamente com interesses courenses e de Paredes de Coura. -----

Manuel Monteiro - PS: “Em início de mandato, devemos sublinhar aquilo que são as linhas essenciais que queremos para esta Assembleia Municipal. Essencialmente daquilo que vem da proposta eleitoral do Partido Socialista e que resulta de numa nova liderança e de num novo ciclo político. -----

Esse novo ciclo e esta nova liderança são o resultado de uma das boas coisas da democracia local. A renovação, a cada 4 anos, da legitimidade da governação. Não temos a soberba de dizer que vamos ter um ciclo mais longo. Todos os 4 anos estamos sujeitos a essa renovação. A legitimidade que advém da ação quotidiana do trabalho comprometido, da dedicação ilimitada e essencialmente de confiança que se recebe, é a essência do mandato popular. - -----

O povo de Paredes de Coura tem atribuído, preferencialmente, essa responsabilidade aos eleitos do Partido Socialista. Cá estaremos para honrar esse mandato trabalhando em prol do bem comum neste chão que tão bem conhecemos e que tanto bem-queremos. -----

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A democracia local deve beneficiar e esperamos mesmo que beneficie da ação leal e coerente do contraditório democrático. É isso que esperamos das oposições, pois somos daqueles que pensam que é essa a essência da democracia. Sabemos bem que a participação leal e coerente, em tempos de polarização e extremismo que tem puxado boa parte do espectro partidário para a direita, quase como um íman, são bens escassos. -----

Por nós pugnaremos para que as ações e intervenções na comunidade continuem a promover a integração social, política e cultural de todos os courenses e todos aqueles que contribuem para o funcionamento e o equilíbrio da sociedade. Continuaremos a apoiar e a assumir ações e medidas que vão de encontro ao bem-estar de todos os courenses, com melhor educação, mais e melhor habitação, mais emprego e mais rendimentos, mais saúde e mais oferta cultural, porque correspondem à nossa matriz e porque, para a concretizar, recebemos uma inequívoca maioria de votos dos nossos concidadãos. -----

Daqui resulta o compromisso que assumimos e que queremos honrar. -----

Por nós, Grupo Municipal do Partido Socialista, não nos furtaremos a essa missão. Esperamos e desejamos que quando temos um presidente e uma vereação com talento, força e humildade e o apoio dos concidadãos, só podemos acrescentar empenho, dedicação e resultados. -----

Em relação aos resultados, permitam-me citar o Presidente da Câmara: “Coura é o local que nunca foi sinónimo de limite. A visão que nos guia é clara. Queremos um concelho que se afirme pela diferença, que transforme a escala em privilégio e que faça da proximidade o motor de inovação”. -----

Cá estaremos para esse escrutínio.-----

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

Presidente da Câmara: “Queria dar-vos as boas-vindas, pois é a primeira vez, numa sessão da assembleia, que tenho a oportunidade de dirigir a palavra a todos vós, e o início de um mandato é sempre um momento marcante. Gostaria, em jeito de súmula, até porque muito já foi dito, de sublinhar algo que considero representar bem o espírito de fair play que pessoalmente gostaria que marcasse esta Assembleia ao longo deste mandato. -----

A apresentação do voto de louvor a que aqui assistimos, por parte dos membros do PSD, foi um gesto muito bonito. Como compreenderão, estávamos impedidos de o apresentar por conflito de interesses, pelo que este reconhecimento assume ainda maior significado. Tenho a certeza de que honrou as pessoas que aqui estão, em particular o senhor Joaquim, mas também nos honrou a nós, precisamente porque não poderia partir da nossa iniciativa.- -----

Aquilo que gostaria de reforçar é que, independentemente de partidos, orientações políticas ou perspetivas ideológicas sobre o mundo, o que os courenses nos pediram nas últimas eleições foi que lutássemos todos por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um objetivo comum: criar melhores condições de vida para as pessoas de Paredes de Coura. As diferentes visões são importantes, devem ser valorizadas e respeitadas, mas o objetivo último será sempre esse.-----

Em relação à informação à assembleia, creio que ela é bastante extensa e explícita e fico à vossa disposição para qualquer questão que queiram colocar.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: Referiu estar previsto o encerramento do matadouro distrital de Monção. Neste sentido, questionou o que a Câmara Municipal de Paredes de Coura tem feito para o evitar, tendo em conta o enorme conjunto de produtores e de animais em Paredes de Coura. -----

Presidente da Câmara: Disse não constar da informação municipal qualquer dado relativo ao matadouro. É verdade que existem contactos e alguma dinâmica em torno desta matéria, bem como uma tentativa de salvaguardar a sua continuidade, tendo em conta a influência que o matadouro exerce sobre toda a região e, em particular, sobre o concelho de Paredes de Coura.-----

Que, apesar de a Câmara Municipal de Paredes de Coura não ter sido, até ao momento, formalmente abordada sobre este assunto, é evidente que esta tem plena consciência da importância estratégica do matadouro para o território, que não se limita apenas ao apoio à atividade agrícola, mas estende-se também à área da saúde pública, o que naturalmente merece preocupação. Embora tenham conhecimento de que, de forma informal, existe algum movimento que poderá colocar a situação em risco, acreditamos que é possível salvaguardá-la. ---
Esse é, aliás, o objetivo não só da Câmara Municipal de Paredes de Coura, mas também das restantes câmaras, à semelhança do que acontece noutras matérias de natureza supramunicipal.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal:-----

Presidente da Câmara: Está em causa um ajustamento de natureza técnica, com o objetivo de alinhar a execução financeira com a execução física das obras. Na prática, várias obras financiadas e não financiadas, registaram desvios nos prazos de execução, o que torna necessário este exercício de rigor e de verdade orçamental, ajustando os valores à realidade. Salientou ainda que este processo não tem qualquer impacto financeiro adicional, tratando-se apenas de uma reprogramação das verbas já existentes. -----

Assim, não está em causa a não execução ou o término das obras, mas sim a sua reprogramação temporal.-----

A proposta de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2025/2029 da Câmara Municipal, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 33 votos, sendo 24 do PS; 6 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOCUMENTOS PREVISIONAIS (2026/2029) E MAPA DE PESSOAL PARA 2026

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2026: -----

Presidente da Câmara: fez a apresentação do Orçamento nos seguintes termos: “Propomos hoje à vossa apreciação, discussão e votação o primeiro orçamento municipal deste mandato que incorpora o orçamento plurianual da receita e da despesa, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipal. -----

Para nós, o executivo que o elaborou e o propõe, este não é apenas um exercício técnico. Muitos entreter-se-ão a discutir os aspetos financeiros ou a criatividade burocrática. Para nós, este é, antes de tudo, um momento de visão, um momento de escolhas, um momento em que procuramos estruturar em linhas de ação e em medidas concretas o compromisso que estabelecemos nas urnas com os courenses, que nos ouviram, e que votando democraticamente, nos elegeram para construirmos o futuro de todos nós. -----

Podia dizer-vos que os € 30 166 040,00 (trinta milhões cento e sessenta e seis mil e quarenta euros), são o maior orçamento de sempre deste município. Mas mais importante é dizer-vos que, desses trinta milhões, sessenta por cento são investimento. No entanto, não quero apresentar-vos apenas números. Quero apresentar-vos um propósito. Esse propósito traduz-se em algo muito simples - dar mais futuro ao nosso concelho - com coragem, com proximidade, com humanidade e com a confiança de que quando caminhamos juntos, não há desafio que não possamos vencer. Acredito que muitas leituras poderão ser possíveis e certamente teremos pontos de vista diferentes aqui expressos durante esta tarde. E a isso é que chamamos democracia. Mas o que gostaríamos que fixassem sobre este orçamento, estrutura-se essencialmente em quatro linhas de atuação diferentes. A primeira é a proximidade que definimos como marca a que pretendemos para este mandato. Queremos um município que fale com as pessoas, que oiça as pessoas e que age com as pessoas. Proximidade não é apenas uma palavra bonita para nós, é uma forma de governar e é por isso que definimos como objetivo estratégico deste mandato o reforço da autonomia das freguesias. Aquelas que estão mais perto do cidadão, onde os problemas se resolvem com mais rapidez, com conhecimento e sentido de comunidade. -----

Para este mandato, propomos aumentar em 25% as transferências para as freguesias, não contabilizando neste aumento as obras que, em sede de preparação do orçamento, cada um dos representantes definiu como prioritárias para o seu mandato e que também se encontram vertidas no documento que colocamos à aprovação. Por isso, este é um aumento real. É corajoso e transformador não apenas para um ano, é para os quatro anos de mandato. Representando um reforço financeiro muito considerável, não é apenas uma questão financeira. Esta proposta é um voto de confiança. É reconhecer o papel insubstituível de todos os presidentes de junta, das assembleias de freguesia, das equipas e dos funcionários das freguesias que todos os dias conhecem cada rua, cada lugar, cada pessoa. Damos mais meios porque reconhecemos que a perceção de cuidado, de asseio e de segurança em cada freguesia está, em muito boa parte, relacionada com a gestão e limpeza das vias municipais. E é inquestionável que só as juntas de freguesia poderão dar uma resposta cabal a este problema simples, mas fundamental do dia-a-dia das pessoas. Damos mais meios porque acreditamos que a melhor

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decisão é quase sempre aquela que se toma mais perto das pessoas. Sabemos que uma freguesia forte faz um concelho mais unido, mais equilibrado e mais justo. Não queremos um concelho a várias velocidades. Queremos que todos se sintam valorizados por igual e todos tenham mais e melhores meios para trabalhar. -----

A segunda linha é a educação e a cultura, porque acreditamos que a construção do futuro começa sempre hoje. Como tive a oportunidade de dizer-vos algumas vezes, acreditamos profundamente que não podemos ter desenvolvimento sem conhecimento. Não conseguimos alcançar verdadeira liberdade sem cultura e não teremos nunca um futuro sem a educação. Acreditamos profundamente na educação como motor do elevador social e é por isso que em Coura a educação será sempre a principal ferramenta com que construiremos o futuro. Cada investimento que fazemos numa sala de aula, num transporte escolar, na melhoria de uma biblioteca ou num projeto cultural, é um investimento direto no amanhã das nossas crianças e jovens. É dar-lhes espaço para sonhar e condições para que esses sonhos se transformem em caminhos. Num mundo em mudança acelerada, em que tantas incertezas pairam sobre o futuro, há só uma verdade para nós inquestionável - só com diferenciação e melhor educação podemos preparar os cidadãos que amanhã hão-de liderar este concelho, o nosso país e o mundo. E a cultura que tantas vezes nos sustenta nos momentos mais difíceis, não é luxo, é um bem essencial. É o que nos torna comunidade, que nos dá identidade, o que nos liga uns aos outros. Por isso, este orçamento reforça os meios, aposta em novos equipamentos, renova programas e abre portas a novas formas de criação, porque quem investe na cultura investe na alma da sua Terra. -----

A terceira linha de atuação é o apoio às famílias para que possamos crescer, mas em equilíbrio, sem onerar quem trabalha. Sabemos que as famílias vivem tempos exigentes. Sabemos que o custo de vida pesa, que cada euro é contado e que cada ajuda faz a diferença. É por isso que repensamos o modelo fiscal local e isso está refletido neste orçamento com três medidas essenciais:-----

Reduzimos a participação do IRS em cerca de meio ponto por cento, descendo de 3 para 2,5, devolvendo rendimento diretamente às pessoas. -----

Mantivemos o IMI no mínimo, porque a habitação é uma prioridade e não pode ser um peso, porque o lar de cada família é o porto seguro que não pode ser sobrecarregado. -----

Fixamos a derrama em 0% para empresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, porque acreditamos nos pequenos negócios, nos empreendedores, nos que lutam todos os dias para criar emprego e riqueza. Fixamos em 1% (podendo ela oscilar entre zero e um e meio por cento) para as grandes empresas. ----

Por outro lado, a implementação da estratégia municipal para habitação, que também muito contribuirá para melhorar as condições económicas das famílias courenses, continuará a ser implementada nas suas diferentes vertentes, seja de venda, seja de arrendamento, seja reabilitação. -----

Estas medidas têm, todas elas, um fio condutor claro. Aliviar o peso sobre quem vive, trabalha e investe no nosso concelho e fazemo-lo sem colocar em causa a sustentabilidade financeira do município. -----

Pelo contrário, ao criar habitação, ao atrair investimento, ao criar boas condições para o empreendedorismo, ao estimular a instalação de novas empresas, estamos a preparar um futuro economicamente mais sólido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A quarta linha de atuação é o crescimento económico, com visão, criando riqueza e oportunidades. Falar do futuro económico do concelho não é falar de promessas vagas, é falar de obras, de infraestruturas, de condições reais para o desenvolvimento industrial e empresarial. É por isso que este orçamento dá passos decisivos para a construção da zona industrial de Linhares e Ferreira e da ligação da zona industrial de Formariz à zona industrial de Castanheira. Dois projetos essenciais para captar novas empresas, fixar investimentos e criar emprego qualificado. Avançaremos, em articulação com o operador de redes nacional, com reforço de abastecimento do concelho em média-tensão e a construção de uma subestação, elemento fundamental para assegurar capacidade, estabilidade energética e competitividade para os próximos anos. Com isto, estamos a preparar terreno para algo maior, um concelho capaz de competir, capaz de atrair, capaz de crescer, porque a criação de riqueza não acontece por acaso: constrói-se, planeia-se, investe-se. E este orçamento é prova dessa visão. Em conclusão e como podem verificar, não é um documento fechado em si mesmo. É uma porta aberta, é um compromisso com proximidade, com justiça social, com o futuro das novas gerações e com a criação de riqueza sustentável. É um orçamento que acredita nas pessoas, que aposta nas freguesias, que devolve rendimento às famílias, que apoia quem cria emprego, que investe onde realmente faz a diferença. -----
Peço por isso o vosso voto favorável, não por mim nem pelo executivo, mas pelo futuro. Juntos poderemos construir um futuro mais próximo, mais justo, mais próspero e mais livre. -----

Natividade Barbosa (PPD/PSD): “O grupo municipal do PSD vota favoravelmente o presente ponto por uma razão simples e que deve unir todos nesta sala - servir e proteger os interesses da população de Paredes de Coura. Votamos a favor porque entendemos que, quando estão em causa recursos humanos e contratação, o critério principal tem de ter clareza, legalidade, transparência e utilidade pública. A Câmara Municipal deve garantir que as necessidades dos serviços são respondidos com regras claras, com procedimentos bem fundamentados e com respeito pela igualdade de oportunidades para que ninguém fique com dúvidas sobre como, porquê e para que se contrata.-----

Sendo o PSD força de oposição ao atual executivo do PS, não abdica do dever de fiscalizar, mas também não confunde oposição com bloqueio. Quando a decisão tem potencial para beneficiar diretamente os courenses para melhorar a capacidade de resposta do município e para assegurar que o trabalho é feito de forma mais eficiente, o PSD está do lado das soluções. Ainda assim, deixa uma nota de responsabilidade e este voto favorável é também o compromisso com a exigência. Espera que o executivo assegure, do princípio ao fim, a máxima transparência, com informação objetiva sobre a necessidade concreta da contratação, neste caso do mapa de pessoal, o enquadramento legal e orçamental, os critérios de seleção e avaliação e a prestação de contas sobre resultados. -----

Desta forma, porque a confiança das pessoas constrói-se, assim, com decisões claras, processos limpos e foco no que realmente importa, Paredes de Coura e os courenses”.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Filipa Marina Alves - PS: Questionou se o orçamento previa alguma medida para a agricultura e para os agricultores, já que o assunto não foi mencionado no discurso de apresentação dos Documentos Previsionais, pelo Presidente da Câmara.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: referiu que relativamente ao ponto em questão se impunham duas votações, uma em relação ao mapa de pessoal ao qual o PSD votaria favoravelmente, e outra relativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, que o PSD votaria contra. Acrescentou que as razões do voto favorável ao mapa de pessoal já tinham sido transmitidas pela colega de bancada. -----

Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, o PSD, após a votação, apresentaria a declaração de voto. -----

Referiu-se ainda, para constar, a três pontos essenciais: à ténue aproximação, na redução dos 5% no IRS; à redução do IMI familiar, em que a lei permite a redução de 30€ para agregados familiares com um filho, e de 70€, para agregados familiares com dois filhos e que embora a proposta do executivo se aproxime daquilo que tem defendido, ainda continua distante e, não obstante, quanto a essa matéria, o PSD votaria favoravelmente; ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, dizendo tratar-se de um documento estritamente políticos e que, na declaração de voto, seriam explicados de forma mais pormenorizada os motivos do voto contra. -----

Presidente da Câmara: referiu que a sua expectativa era de que a votação fosse totalmente favorável, em conformidade com o discurso apresentado. Quando Natividade Barbosa se manifestou, compreendeu que a decisão seguiria esse sentido. -----

No entanto, percebeu depois, que o PSD quererá que a votação ocorra de forma diversa, mas que o documento será apreciado não como um todo, mas contendo partes que seriam aprovadas e outras que não. -----

Em relação à questão colocada por Filipa Alves sobre o apoio aos agricultores reconheceu não ter mencionado na apresentação o apoio à agricultura, mas esclareceu que o orçamento contempla uma rubrica específica nesse sentido, resultante de várias reuniões de trabalho realizadas com a Cooperativa dos Agricultores de Paredes de Coura. Acrescentou que está prevista a medida da isenção total dos encargos com a sanidade animal. Explicou ainda que o reforço orçamental representa, aproximadamente, um aumento de cerca de um terço face ao valor inicialmente previsto. Indicou que o objetivo é que o próximo protocolo a ser submetido à Câmara para aprovação já incluía essa isenção, sublinhando que os custos com a sanidade animal constituem um ónus significativo para os agricultores e que seria injusto não os contemplar. -----

Manuel Monteiro PS: “Apenas duas ou três notas para sublinhar e reafirmar o que o sr. Presidente já referiu na apresentação do documento. Assinalar que os quatro pontos essenciais nele contidos são, do nosso ponto de vista, centrais para o desenvolvimento do concelho e foram recentemente sufragados e legitimados pelo eleitorado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Desde logo, a educação, que constitui uma matriz fundamental da nossa comunidade. O município tem demonstrado, de forma consistente, total disponibilidade para contribuir decisivamente para o desenvolvimento de todos os cidadãos, em particular das crianças, dos jovens e das famílias. Enquanto verdadeiro elevador social e pilar da democracia, a educação é aqui assumida pelo executivo municipal, que apresenta este documento e assegura financeiramente o apoio às famílias. -----

Foi referido pelo porta-voz do PSD que existem dois elementos que se aproximam das propostas do seu partido. Ainda assim, importa notar que o eleitorado não se tem revisto nessas propostas, por alguma razão será! O exercício feito foi uma contabilidade de votos ganhos e perdidos, que não acrescenta valor à discussão em causa e à qual não vamos atrás, porque não é esse o debate que aqui importa travar. -----

Outro eixo fundamental é a Estratégia Local de Habitação. Está também em cima da mesa um documento que iremos discutir e que decorre de uma estratégia iniciada em 2019, muito antes de se falar numa crise habitacional em Portugal. Este município demonstrou visão e antecipação e os resultados estão à vista. -----

O documento é igualmente revelador no domínio da captação de investimento e da infraestruturação do suporte à atividade económica, nomeadamente no que respeita às zonas industriais, às ligações e às condições para atrair investimento, estando tudo devidamente previsto. -----

Por fim, importa sublinhar que o documento foi elaborado com rigor e que partilhamos a convicção de que toda a contratação pública deve obedecer a princípios de transparência e exigência. -----

Assim, considerando a globalidade do documento, e tendo em conta que as ideias e propostas nele contidas foram recentemente sufragadas, não poderia ser de outra forma, o grupo municipal acompanha e apoia este documento. -----

Presidente da Assembleia: quanto à proposta apresentada pelo porta-voz do PPD/PSD, referiu que o ponto em discussão não pode ser dissociado em duas partes, tratando-se de um único ponto para apreciação, discussão e votação da proposta dos documentos previsionais e do mapa de pessoal para 2026. Assim, o PSD poderá fazer referência a essa questão na respetiva declaração de voto, não competindo, contudo, à Mesa subdividir o ponto em dois para efeitos de votação. A votação é uma, tal como o ponto foi agendado e comunicado, que terá de ser cumprido. -----

A introdução ou alteração de pontos na ordem de trabalhos só pode ser efetuada com a aprovação de dois terços dos membros da Assembleia Municipal. -----

José Augusto Sousa (PPD/PSD): Nesta sequência apresentou a proposta para a subdivisão do ponto 3 em dois pontos: ponto 3.1, relativo aos documentos previsionais, e ponto 3.2, relativo ao mapa de pessoal para 2026. ---

Manuel Monteiro – PS: referiu que o Partido Socialista seguirá a orientação da mesa e vota contra a proposta apresentada pelo PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia: submeteu à votação a proposta de subdivisão do ponto 3 em duas propostas: ponto 3.1, relativo aos documentos previsionais, e ponto 3.2, relativo ao mapa de pessoal para 2026, que **foi rejeitada com 6 votos a favor do PPD/PSD e 26 votos contra, sendo 23 do PS, 2 independentes 1 da CDU.**-----

De seguida, e submetida a votação, a proposta de Documentos Previsionais (2026/2030) e do Mapa de Pessoal para 2026 foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes, 1 do PCP/PEV, 1 abstenção do PPD/PSD, 5 votos contra do PPD/PSD, com declaração de voto do PPD-PSD.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

José Augusto Sousa - PPD/PSD: apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “O grupo municipal do PSD vota contra a proposta dos Documentos Previsionais, Opções de Plano e Orçamento e, agora, Mapa de Pessoal para 2026, que votaríamos favoravelmente se tivesse sido aprovada a proposta do PSD, pelos seguintes motivos: os documentos previsionais, em discussão, nada trazem de novo para o efetivo desenvolvimento de Paredes de Coura. Na verdade, são apenas e tão só a continuidade das políticas que não invertem a perda relativa de rendimentos e de população. -----

Não obstante ter havido uma reunião com o PSD sobre o orçamento, nenhuma das sugestões foi acolhida, nomeadamente, a necessidade de estabelecer protocolos com as juntas de freguesia, por forma a que estas constem com um montante financeiro suplementar para as necessidades que consideram prioritárias no desenvolvimento do território. O aumento de 25 por cento continua a ser para mero desempenho de atividades correntes e não de decisões de investimento das freguesias. -----

Também não reflete a necessidade de iniciar uma visão de desenvolvimento mais arrojada para este território, não obstante, fazer referência à desmaterialização dos procedimentos do EGOV, não prevê de forma clara e inequívoca de fora da estratégia nacional dos territórios inteligentes, a efetiva aposta na transparência municipal, bem como na disponibilização a curto prazo de ferramentas online para que os cidadãos acedam aos serviços do município sem necessidade de se deslocarem aos seus serviços, o que não se compreende na atualidade. -----

Refere a disponibilização de habitação para arrendamento acessível de 50 fogos, os quais são absolutamente necessários e urgentes, mas projetados para 3 anos, mas não passa de uma promessa sem tempo para o urgente que é hoje, prazos e sequer alguma previsibilidade da sua disponibilização aos courenses. -----

Na prática, continua a ineficiência, desorientação, não cuida dos mais desprotegidos e mantém o atraso na política de habitação. Os prédios que estão a ser agora construídos, o terreno foi trocado ainda no mandato do senhor Presidente Pereira Júnior e só agora estão a ser construídos -----

Por outro lado, algumas matérias extremamente importantes para o PSD não constam de forma específica e detalhada na proposta dos documentos previsionais, nomeadamente a criação de uma rede de viaturas para transporte de e para as freguesias com carácter diário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Muito embora refira o reforço da assistência da saúde nas freguesias, não faz, como o PSD defende através de protocolos que garantam um serviço médico e de enfermagem em todas as freguesias para todos os courenses, nomeadamente que os mais idosos não necessitem de deslocar-se à sede do concelho, para pequenos tratamentos ou até para simples prescrição de medicação. -----

Apenas para dar alguns exemplos, não propõe a efetiva transição energética nos edifícios públicos, referindo-se apenas à eficiência energética de alguns edifícios, quando deviam estar a apostar na efetiva transição através nomeadamente de painéis fotovoltaicos que, para além de permitirem uma poupança efetiva dos custos com a energia a curto, médio e longo prazo, também contribuiria de forma decisiva para que Paredes de Coura se afirmasse como um território com as melhores práticas ambientais, como quer e merece ser.-----

Não usa todos os instrumentos legalmente disponíveis para aumentar a atratividade do território, captar novos residentes e permitir o regresso de muitos courenses para poderem ter na sua terra natal, uma vida melhor. Dados estes exemplos de matérias que nos levam a discordar do rumo seguido e não estando estes documentos previsionais de acordo com aquela que é a visão do PSD para o desenvolvimento do concelho e sendo o orçamento e opções do plano mais documentos meramente contabilísticos, uma verdadeira estratégia de desenvolvimento com a qual não nos revemos, como acima referido, não podíamos acompanhar estas propostas, razão pela qual votamos contra. Finalmente, e apenas para que nenhuma dúvida possa subsistir, o voto contra não significa que estejamos contra tudo o que está no orçamento, tanto mais que cerca de 80 por cento do mesmo, não reveste carácter político, mas funcional, mas sim que não nos revemos de forma cega naquela que são as estratégias políticas nele plasmadas.-----

Saiu, da sala, Elisabete Costa.-----

CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

Ponto nº 04: - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização para contratação de um empréstimo, de curto prazo, durante o ano 2026.-----

Presidente da Câmara: Referiu que o que está em causa neste ponto é a contratação de um empréstimo de curto prazo. E trata-se de um empréstimo que é contraído e liquidado no mesmo exercício, ou seja, até 31/12/2026. -----

Este instrumento funciona como um verdadeiro balão de oxigénio para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria, designadamente em situações de atraso no recebimento de fundos comunitários que, como todos sabem, pode acontecer. Trata-se, portanto, de uma medida de carácter preventivo, assente em princípios de prudência e rigor na gestão financeira, que visa assegurar a existência de liquidez suficiente para cumprir, atempadamente, todos os compromissos com os fornecedores. Sublinhou ainda que este recurso poderá nem vir a ser utilizado, mas revela-se fundamental enquanto instrumento de boa gestão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A proposta de contração de empréstimo de curto prazo, durante o ano de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 32 votos a favor, sendo 24 do PS; 5 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV.-----

A proposta de contração de empréstimo de curto prazo, durante o ano de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 32 votos a favor, sendo 24 do PS; 5 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

Miguel Viana - PPD/PSD: apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “O grupo municipal do PSD vota favoravelmente este ponto por entender que, apesar da discordância do PSD relativamente ao orçamento apresentado, não devem existir desculpas por parte do executivo para o seu eventual incumprimento. Assim, não criamos qualquer obstáculo à sua execução, aprovando, por esse motivo, a proposta de contratação do empréstimo em apreço”. -----

Regressou, à sala, Elisabete Costa. -----

Presidente da Assembleia: Disse que iriam entrar em pontos que podiam ser abordados em conjunto, embora votados individualmente, tal como tem vindo a ser prática em sessões anteriores da Assembleia Municipal. É o caso do ponto número 5 relativo ao IRS, do ponto número 6 que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o ponto número 7, referente à fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano 2026 e do ponto número 8, relativo à derrama para o ano 2026. -----

Naturalmente, que se entendessem fazer uma apreciação individual de cada ponto, estariam no seu direito. No entanto, é possível proceder a uma análise conjunta, conforme tem sido feito anteriormente e prática pedida pelo PSD”. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: Disse querer que ficasse registado em ata que não foi dado cumprimento ao art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Sublinhou que o seu grupo municipal preferia a apreciação dos pontos 5, 6, 7 e 8, individualmente.-----

Presidente da Assembleia: Referiu que para a Mesa não constituía qualquer problema. Aliás, tinha sido o PSD, que, em sessões anteriores, tinha pedido que estes pontos fossem abordado em conjunto, precisamente pelo seu porta-voz. Contudo não tem qualquer objeção a que sejam discutidos separadamente. Se alteraram a sua posição, estão no seu direito e não há qualquer problema com isso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO NO IRS

Ponto nº 05: - Apreciação, discussão e votação da proposta da percentagem de participação no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Paredes de Coura, relativa aos rendimentos do ano de 2026:-----

Presidente da Câmara: Disse ter todo o gosto em apresentar individualmente cada um dos pontos a debater e pelo tempo que for possível, de acordo com o Regimento. Que nunca haverá falta de debate e de tempo para a democracia em Paredes de Coura. -----

“Quanto ao ponto 5, o que está em causa é, no essencial, uma redução da participação municipal do IRS dos munícipes. Apresentei há pouco no discurso do orçamento essa ideia, e encontra-se devidamente vertida no próprio documento do Orçamento, uma vez que a estimativa da receita já consta desse mesmo orçamento. Portanto, acabamos por aliviar a carga fiscal. É consciente o que essa redução vai representar na receita do município, mas o desagravamento do encargo que é considerável para as famílias, justifica a decisão. -----

Uma redução de três para dois e meio por cento pode parecer de somenos importância para quem esteja ausente das lides de gestão autárquica, mas corresponde uma fatia considerável da receita municipal de que abrimos mão com o objetivo de beneficiar diretamente as famílias. -----

No fundo, trata-se de devolver rendimento aos agregados familiares, promover mais justiça social e isso acontece porque procuramos sempre ser sensíveis àquilo que é o aumento do custo de vida das famílias. -----

Estamos certos de que, apesar de poderem dizer-nos que poderíamos reduzir esta participação até zero, a verdade é que este é o esforço possível e muito considerável, que reduz em meio ponto percentual a proposta inicial da Câmara e localiza exatamente a meio a necessidade entre uma boa gestão orçamental e o desagravamento do encargo fiscal das famílias. -----

Por isso, entendemos que é a melhor proposta possível e solicitamos, obviamente, a vossa aprovação. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: solicitou que fosse quantificado o esforço que a Câmara irá fazer ao reduzir a percentagem de três por cento para dois e meio por cento. Que na perspetiva do sr. membro da Assembleia e não do sr. Presidente da Câmara a quem dirigiu a pergunta, esse esforço era de duzentos e tal mil euros. Que tinha lido os documentos e que esse valor não correspondia à verdade, portanto queria que o valor fosse clarificado.-----

Que de acordo com documento em votação o valor da receita correspondente aos dois e meio por cento era de cento e cinquenta mil euros mil euros e ao dividir esse valor por cinco, obtinha 32 mil euros e que era esse o esforço enorme que o sr. Presidente da Câmara disse abdicar por reduzir de 3% para 2,5%. E se os documentos não estão corretos era necessário retirá-los e revê-los. -----

Neste contexto, disse que no orçamento de cerca de 30 milhões de euros, a dimensão do enorme esforço da Câmara Municipal traduzia-se apenas em 30 mil euros de receita. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por fim, declarou que o PSD votaria contra a proposta e apresentaria posteriormente os motivos na declaração de voto. -----

Manuel Monteiro – PS: “Nós temos sempre uma perspetiva redistributiva. E mesmo que fosse essa conta, feita nas costas de um envelope, que o senhor aqui fez, a verdade é que falamos de cerca de trinta mil euros que poderão ser atribuídos aos escalões A e B da ação social escolar. Trinta mil euros é um montante significativo, que beneficia muitas famílias. -----

Portanto, a questão é que nós temos sempre uma visão distributiva. E mais: é que sabemos que tudo o que é política nacional de decisão de escalões de IRS, do âmbito de isenção de IRS reflete-se em todo o tecido social português e naturalmente reflete-se em Paredes de Coura. Esta é uma dimensão de que o município não abre mão. Não abre mão do que é essencial para o equilíbrio social e para o bem-estar das famílias mais desfavorecidas. Aliás, já não é primeira vez que o argumento aqui vem exposto por mim, e por si no sentido contrário, de que os mais beneficiados destas medidas acabam por ser os membros da sociedade courense que têm maiores rendimentos. É inevitável, como é óbvio. -----

Assim, o grupo municipal do Partido Socialista, estando de acordo com esta proposta, naturalmente congratula-se que haja uma redução. Aliás, vem no sentido daquilo que o senhor referiu há pouco, no sentido de uma aproximação das propostas do PSD, como se o PS também não tivesse apresentado propostas à população. -----

Naturalmente as propostas podem não ser só de redução. É também naquilo que é concretizado no dia-a-dia pois são essas propostas que chegam às pessoas. Não são as declarações de voto que aqui trazem, são as propostas concretas e as ações concretas que beneficiam diretamente as populações e de que as populações são alvo e se refletem no seu dia-a-dia. -----

Portanto, nós estamos de acordo com esta proposta e é esta que iremos subscrever e, nestes termos, é essa posição que deixamos aqui. -----

Presidente da Câmara: referiu: “As palavras são do Dr. José Augusto, não são minhas. Quando classifica como “enorme” aquilo que eu referi, trata-se de uma consideração que deve ser feita sempre que se gere dinheiro público, que é o dinheiro de todos. O rigor que essa gestão exige obriga-me a chamar a atenção para um aspeto essencial: trinta mil euros são trinta mil euros, ainda que resultem de contas feita nas costas do envelope. -----

Trinta mil euros, para este presidente da Câmara e para esta Câmara Municipal, não são meus; são dos courenses que estão lá fora e merecem todo o respeito e todo o rigor. Da minha parte, por trinta mil euros haverá, sem dúvida alguma, o rigor que a situação exige. -----

É evidente que as contas são suas. É igualmente evidente que aquilo que consta no orçamento pode ser estimado. Mas trinta mil euros continuam a ser trinta mil euros. -----

Relativamente à questão do efeito redistributivo, bem referida pelo nosso membro do PS, só é possível repartir riqueza, a miséria, de facto, não se reparte. Quando conseguimos repartir riqueza, o que estamos a fazer é criar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais oportunidades para quem tem menos oportunidades. Essa é a visão desta Câmara e é isso que está refletido na proposta apresentada. -----

Compreendo o papel que o Dr. José Augusto desempenha, assim como a perspetiva de ver o copo meio vazio. Nós optamos por ver o copo meio cheio, pois essa é a nossa atitude diária de trabalho. -----

Num orçamento como o nosso, gostaria de chegar ao dia em que pudesse propor, tal como sei que o Dr. José Augusto defenderá, a isenção total de todo o tipo de impostos. No entanto, enquanto Presidente da Câmara, isso seria um ato de absoluta irresponsabilidade, pois significaria abdicar da capacidade de intervir ao nível das infraestruturas necessárias para transformar a vida das pessoas. -----

Portanto, nós nunca poderemos dar tudo a toda a gente, mas também nunca poderemos impor tudo aos mesmos e é esse princípio que está aqui vertido nesta proposta e que acho ter sido esclarecedor”. -----

A proposta de contração da percentagem de participação no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Paredes de Coura, relativa aos rendimentos do ano de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes, 1 do PCP/PEV, 1 do PPD/PSD, 5 votos contra do PPD/PSD, com declaração de voto. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: apresentou a declaração de voto, com o seguinte teor: “O grupo municipal do PSD vota contra a proposta de redução para dois e meio da participação do município nas receitas de IRS porque defendem que a participação variável de cinco por cento do IRS cobrado com destino ao município deve ser toda devolvida aos contribuintes courenses pelos seguintes motivos: permitir aumentar o poder de compra dos courenses que, recorde-se é dos mais baixos do distrito, porque a redução total incentivaria os courenses a residirem fora de Paredes de Coura a poderem regressar à sua terra para viver em comunidade com as suas famílias, para fazer cá as suas compras e, desta forma, pelo efeito multiplicador, as receitas do município acabariam por ser mais do que compensadas. -----

De igual forma, a redução de 5% do IRS permitiria ainda aumentar os níveis de fixação da população e da atração para pessoas que trabalham em Paredes de Coura, mas que residem em outros concelhos, tivessem aqui mais um mecanismo de atração, sim, de pessoas qualificadas com salários médios e por isso também mais contribuem para a economia local, sendo certo que muitas pessoas, mesmo muitas que gostaríamos de reduzir, ainda não pagam IRS porque infelizmente os seus rendimentos se aproximam muito do salário mínimo. Reconhecemos que o PS está cada vez mais próximo do que o PSD sempre tem defendido. Está agora a meio caminho, mas os courenses têm de saber que para o PSD meio caminho não é suficiente. O caminho tem de ser completado. Dizer que prescindir deste valor colocaria em causa o equilíbrio das contas municipais é não ter flexibilidade para priorizar as pessoas em relação a outro tipo de opções políticas num país já estrangulado, com uma carga fiscal altíssima de origem do PS, não se compreende que o que o município ainda pretende impor este ónus aos courenses. -----

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A proposta de contração da percentagem de participação no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Paredes de Coura, relativa aos rendimentos do ano de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes, 1 do PCP/PEV, 1 do PPD/PSD, 5 votos contra do PPD/PSD, com declaração de voto.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

FIXAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL - IMI

Ponto nº 06: - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativo aos prédios urbanos, para o ano de 2026. -----

Presidente da Câmara: o que está em causa é a fixação da taxa de IMI, no caso, no mínimo legal. Portanto, estamos a falar da manutenção da taxa mínima e do reforço de apoio às famílias numerosas. No fundo, o que está em causa é mesmo a fixação do limiar mais baixo e apoiar essencialmente quem tem mais filhos, uma questão de política fiscal também de apoio às famílias. A proposta é de 0,3%, portanto, o limiar mínimo e quanto à dedução de 140 (cento e quarenta) euros para agregados com 3 (três) ou mais dependentes é a opção da Câmara e a proposta que consta da lei. No fundo, o apoio que damos à habitação é desta forma indireta, fixando os limiares mínimos do IMI dentro daquilo que é legalmente possível, 0,3% (zero três por cento). -----

O que está em causa é a fixação da taxa de IMI, concretamente no seu mínimo legal. Trata-se, portanto, da manutenção da taxa mínima e do reforço do apoio às famílias numerosas. Em essência, pretende-se fixar o limiar mais baixo permitido e apoiar, sobretudo, os agregados familiares com mais filhos, no âmbito de uma política fiscal de apoio às famílias. -----

A proposta estabelece a taxa de 0,3% (zero três), correspondente ao mínimo legal, bem como uma dedução de 140 (cento e quarenta) euros para agregados com três ou mais dependentes, opção assumida pela Câmara e prevista na lei. Assim, o apoio à habitação é concedido de forma indireta, através da fixação do IMI nos limiares mínimos legalmente permitidos, ou seja, 0,3% (zero três). -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: O PSD vai votar favoravelmente a proposta apresentada. Não obstante, tal como já referi no ponto sobre a discussão do orçamento, a proposta do IMI familiar está incompleta. Os courenses também têm de saber que, se o PSD estivesse a exercer o poder, o IMI familiar também abrangeria os casais com um filho ou monoparentais com um filho, os casais com 2 filhos ou monoparentais com 2 filhos. E não apenas aqueles que têm três ou mais descendentes. Portanto, esse é o reparo a assinalar.----- .
O PS tem vindo a aproximar-se das propostas que o PSD sempre defendeu. Espero que, pelo menos para o próximo ano, seja aceite o repto de tratar de forma igual todas as famílias courenses na redução do IMI familiar.

Presidente da Câmara: “Louvo o voto favorável do PSD. Considero que, por vezes, nos encontramos em pontos menos evidentes e, neste caso, convergimos no que diz respeito à fixação do valor mínimo. Relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

IMI, houve algum desencontro, mas este ponto de encontro merece igualmente ser assinalado. Assim, considero positivo que exista unanimidade nesta matéria e deixo uma saudação ao PSD e aos restantes membros que, certamente, votarão no mesmo sentido”. -----

A proposta de fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativo aos prédios urbanos, para o ano ----- de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 33 votos, sendo 24 do PS; 6 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

José Augusto Sousa – PPD/PSD, apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “O PSD vota favoravelmente a proposta apresentada no âmbito do IMI, taxas mínimas nos prédios urbanos e vota também favorável aquilo que é proposto em termos de IMI familiar, ainda que na opinião do PSD e por vontade do PSD, o IMI familiar abrangeria todos os casais e monoparentais com filhos, quer seja de um ou dois, de forma que todos os courenses tivessem igual tratamento.-----

FIXAÇÃO DE TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM

Ponto nº 07: - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa municipal de Direitos de Passagem, para o ano de 2026.-----

Presidente da Câmara: Disse que o que está em causa é a fixação da taxa aplicável aos operadores de comunicações eletrónicas. Trata-se de uma taxa que não se reflete diretamente nos consumidores finais, mas constitui um ónus para as entidades responsáveis pela gestão das redes, ou seja, para os próprios operadores de comunicações. -----

Esta taxa incide sobre a utilização do espaço público municipal e, sendo assim, é legítimo que contribuam para a manutenção desse mesmo espaço. Trata-se de um princípio de justiça social.-----

A proposta consiste na fixação da taxa em 0,25, correspondente ao máximo legal permitido. Como referido, a taxa incide exclusivamente sobre os operadores e não sobre os consumidores finais, estando diretamente associada às empresas e não às pessoas.-----

Deste modo, entendem que, do ponto de vista da eficiência na captação de receita, que é uma obrigação do município e da justiça social, esta é a melhor proposta que podem apresentar.-----

A proposta de fixação da taxa municipal de Direitos de Passagem, para o ano de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 33 votos, sendo 24 do PS; 6 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

Elisabete Costa - PPD/PSD: apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “Relativamente ao ponto 7 da ordem de trabalhos, apreciação, discussão e votação da proposta de fixação de taxa municipal de direito de passagem para o ano 2026, em que o executivo propõe a aplicação de uma taxa de 0,25%. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O grupo municipal do PSD nesta Assembleia vota a favor com a preocupação e ressalva de que seja garantido que a mesma não venha a ser refletida em aumentos de preço dos serviços nos consumidores de Paredes de Coura. -----

PROPOSTA DE DERRAMA

Ponto nº 08 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Derrama, para o ano de 2026. -----

Presidente da Câmara: Disse “na fixação da derrama, uma vez mais, procuramos fazer um encontro daquilo que é a justiça fiscal e, sobretudo, a promoção da atividade económica local, garantindo que as pequenas e médias empresas, sobretudo os pequenos negócios, não sejam onerados com este encargo. -----

Portanto, a nossa proposta vai no sentido da fixação de zero por cento, no caso das empresas que tenham um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Portanto, 0% para os pequenos negócios, aqueles que sustentam aquela que é a nossa economia local. Está em causa o apoio às micro e pequenas empresas e no fundo também esta competitividade territorial. -----

Em relação à fixação da derrama para as empresas com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros a lei permite fixação da derrama entre um mínimo de zero por cento e máximo de um e meio por cento. A nossa proposta é no meio-termo, ou seja, estabelecida em um por cento. -----

Natividade Barbosa – PPD/PSD: “relativamente a este ponto, vamos votar contra a proposta da derrama para o ano 2026”. -----

A proposta de Derrama, para o ano de 2026, depois de submetida à votação, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes, 1 do PCP/PEV, 1 abstenção do PPD/PSD, 5 votos contra do PPD/PSD, com declaração de voto do PPD-PSD. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta -----

Natividade Barbosa – PPD/PSD: apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “Relativamente à derrama, o grupo municipal do PSD vota contra esta proposta. Votamos contra porque entendemos que agravar a carga fiscal sobre as empresas num concelho como Paredes de Coura não é a resposta certa, nem o caminho mais inteligente para garantir receitas municipais. A derrama incide sobre os resultados das empresas e, na prática, penaliza quem investe, quem cria emprego e quem mantém a atividade económica no território. Exatamente o que precisamos fixar e atrair para Paredes de Coura. -----

Num concelho que quer crescer, reter jovens e fortalecer o tecido empresarial, a prioridade devia ser criar condições para a economia local ganhar fôlego, não retirar margem a quem tenta produzir, exportar, inovar e contratar. Este tipo de opção fiscal pode parecer simples do ponto de vista da receita imediata, mas é errado do ponto de vista estratégico, porque reduz competitividade e desincentiva investimentos. Além disso, não acompanhamos esta proposta porque o executivo do PS não apresenta com clareza necessária uma visão convincente de que medidas de eficiência e controle de despesa foram tomadas antes de optar por mais receita. -----

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Que benefícios concretos terão as empresas e a população com esta decisão? Como se garante uma política fiscal municipal que seja verdadeiramente promotora de desenvolvimento. -----

O PSD defende um município com contas certas, sim, mas também com uma política fiscal amiga das famílias e das empresas, que apoie o crescimento económico e valorize quem cria riqueza no concelho. -----

Por estas razões e por responsabilidade para com o futuro de Paredes de Coura, o grupo municipal do PSD apresenta declaração de voto contra”.-----

DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 09: - Apreciação, discussão e votação da proposta de delegação da competência de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, no Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Presidente da Câmara: apresentou o ponto nos seguintes termos: “A proposta de delegação de competências surge na sequência da obrigatoriedade de os compromissos plurianuais, independentemente do seu valor, terem de ser aprovados pela Assembleia Municipal.-----

A lei prevê a possibilidade de delegação de competências no presidente da Câmara, respeitando os limites definidos desde 1999, ainda em escudos, nessa altura fixado no valor máximo de vinte mil contos, que corresponde a € 99 759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), que nunca foi atualizado, apesar de terem decorrido mais de 25 anos, valor claramente incipiente, mas que continua a ser o limite legalmente permitido. -----

Significa isto que todas as obras ou compromissos que ultrapassem o exercício orçamental em curso teriam, necessariamente, de ser submetidos à Assembleia Municipal caso não existisse esta delegação de competências. O período para vigorar até ao final do mandato e tem como principal objetivo a eficiência administrativa, ou seja, e redução da burocracia. Hoje são muito poucas as situações que não chegam a este limiar de € 99 759,58. De referir, ainda, que esta delegação de competências pela Assembleia no presidente da Câmara não constitui “um cheque em branco”. Todas as decisões tomadas ao abrigo desta delegação vêm ao conhecimento desta assembleia, garantindo absoluto escrutínio. -----

Trata-se, portanto de uma proposta dentro daquilo que são os limites legais e com a fiscalização, que é sempre necessária por parte da Assembleia. Não está em causa nem nunca estará qualquer medida de ocultar o que quer que seja. -----

A Assembleia será sempre o órgão de escrutínio como é e deve ser”. -----

A proposta de delegação da competência de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais, no Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 33 votos, sendo 24 do PS; 6 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV. -----

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS

Ponto nº 10: Apreciação, discussão e votação da proposta relativa à celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com as juntas de freguesia do concelho. -----

Presidente da Câmara: “Referi no discurso de apresentação do orçamento que existe nesse orçamento uma proposta concreta que reforça em 25% o valor da delegação de competências nas juntas. O que está em causa neste documento que está à vossa apreciação é precisamente o contrato Interadministrativo, de delegação de competências onde são definidas. -----

No fundo, há uma renovação daquelas que são as competências de gestão das vias e dos espaços públicos, usando como critérios por freguesia a área, a população e a rede viária, procurando fazer um equilíbrio entre aquilo que é a maior freguesia, com a maior rede viária, com a maior população. Portanto, se existisse uma freguesia em que todas estas 3 condicionantes tivessem com um índice superior o investimento iria mais para essa freguesia. No fundo procuramos dar-vos, às freguesias em particular, e agora falo diretamente para os membros que são presidentes de Junta de Freguesia, um reforço de confiança. Não é apenas uma delegação de competências pura e simples. Vocês sabem que este é talvez o maior encargo diário e é aquele que vocês têm mais pressão da parte da população. Portanto, haver um reforço de 25 por cento, não obstante poder ser entendido como algo menor, não é, de facto, algo de menor. É algo que me parece ser para vocês, uma ferramenta e não outra coisa que não seja uma ferramenta que é imprescindível para que vocês possam prestar um melhor serviço às populações, porque eu tenho a certeza que é esse o vosso objetivo e que é isso que vai acontecer. Portanto a proposta desta Câmara é renovar este protocolo de delegação de competências com um reforço considerável, mantendo exatamente as obrigações que existiam. Portanto, não há nenhum aumento das obrigações que existiam. É apenas uma dotação financeira bastante mais substancial. E é isso muito obrigado.

Sérgio Costa, Presidente da Freguesia de Vascões: Disse concordar plenamente com o protocolo, solicitando apenas que a sua fiscalização seja feita de forma correta e igual para todos. -----

Armando Feijó, Presidente da União das Freguesias de Bico e Cristelo: Disse que a sua intervenção vem no sentido de manifestar, enquanto presidente da UF de Bico e Cristelo, o agrado com o substancial reforço da verba atribuída às freguesias. E, claro, com isso, um reforço da confiança na gestão de proximidade que tanto necessitam. -----

Que, obviamente, para quem recebe é sempre pouco, mas 25% é, sem dúvida, um aumento substancial e, claro, além disso, nenhum dos apoios que têm sido concedidos ao longo dos mandatos anteriores será afetado. No fundo, que se reflete exatamente num aumento que é substancial e não é retirado, inclusive a proximidade e o reforço de tudo aquilo que tem sido atribuído continuará a ser uma realidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: “Teremos o cuidado de procurar fazer esse maior acompanhamento a todas as freguesias e procurar estarmos mais próximos em outras situações. Sei que por vezes pode haver situações em incumprimentos ou sobretudo zonas limite que tornam a gestão mais difícil. Quando várias freguesias estão em pontos de contacto, torna-se mais difícil. -----

Nesse sentido agradeço a referência do sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vascões, Sérgio Costa, que deu boa nota disso. Agradeço também as palavras do sr. Presidente Armando Feijó, da UF de Bico e Cristelo, e estou certo de que, apesar de poder parecer algo menor para quem tem um conhecimento do que é a gestão das freguesias, sabe que não é assim, não é algo menor, para quem não conhece de perto a gestão das freguesias, é algo que é importante e determinante, que demonstra também uma correta leitura daquilo que são os resultados eleitorais. -----

E se há algo que nós temos bem ciente é que as freguesias, independentemente das diferentes visões políticas, precisam de ter uma abordagem integrada e global. E é isso que está refletido neste documento e saúdo o facto também de ser algo que me parece unânime”. -----

A proposta relativa à celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com as juntas de freguesia do concelho, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 33 votos, sendo 24 do PS; 6 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

Ponto nº 11: Apreciação, discussão e votação da proposta de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura:-----

Presidente da Câmara: está em causa a proposta de aprovação final do nosso Plano Municipal de Emergência. É um documento complexo que esteve em elaboração em vários momentos e ao longo de mais de ano e meio. No fundo, faz uma radiografia dos riscos existentes no nosso concelho, bem como um levantamento de existências, ou seja, dos meios disponíveis no nosso concelho, nomeadamente das instituições, das juntas de freguesia, das IPSS, das forças de segurança, das forças de socorro. -----

Este documento, sendo complexo, é um documento absolutamente necessário e estruturante para garantir a segurança das pessoas em Paredes de Coura. Este plano chega a este momento com todas estas fases de trabalho, que nomeadamente mereceu um parecer favorável da ANEPC, o qual consta, aliás, em anexo à da proposta. -----

Esteve em consulta pública, cujo relatório depois de elaborado foi integrado neste plano. Foi novamente submetido à Câmara Municipal, já em condições de ser aprovado e divulgado e só assim foi remetido a esta Assembleia Municipal para em sede final poder ser definitivamente aprovado e divulgado como deve, efetivamente, acontecer no site do município e ao nível nacional, na ANEPC. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salvaguardo que o que está em causa é a segurança das populações e o planeamento preventivo, portanto, é um documento que é estruturante para garantir, aquilo pelo qual nós fomos eleitos, a integridade das pessoas e dos seus bens. -----

Nestes termos é submetido à vossa apreciação. -----

Natividade Barbosa – PPD/PSD: “O grupo municipal do PSD vota favoravelmente a proposta do Plano Municipal de Emergência, Proteção Civil de Paredes de Coura”. -----

A proposta de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Paredes de Coura, depois de submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com 33 votos, sendo 24 do PS; 6 do PPD/PSD; 2 independentes e 1 PCP/PEV. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

Natividade Barbosa – PPD/PSD: “Votamos favoravelmente esta proposta porque a proteção civil para o PSD é um tema central e absolutamente prioritário porque diz respeito ao que é mais básico e mais importante, a segurança, a vida e o bem-estar das pessoas. -----

Um plano municipal de emergência não é um documento para ficar na gaveta. É um instrumento essencial para antecipar riscos, coordenar respostas, clarificar responsabilidades e garantir que, quando houver uma ocorrência, sejam incêndios, cheias, deslizamentos, acidentes ou qualquer outra situação, cada minuto conta e ninguém deve falhar. -----

Queremos deixar um reconhecimento muito claro e público aos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, que são a primeira linha em muitas situações, com coragem, disponibilidade e espírito de missão. Parabenizamos também todas as forças e agentes de proteção civil, entidades e serviços municipais que diariamente trabalham para proteger a nossa população. Ao votar a favor o PSD assume também uma expectativa firme que todas as instituições e entidades aqui identificadas no Plano, cumpram com rigor as suas competências, meios e obrigações, desde a atualização de contactos e procedimentos à formação e prontidão operacional, à realização de simulacros e testes periódicos. Um plano só funciona se for conhecido, treinado, atualizado e executável e se houver articulação real entre todos. -----

Por isso, deixamos uma nota de responsabilidade: É fundamental que este plano seja acompanhado por medidas práticas, avaliação regular, correção do que falhar e investimento no que for necessário para que no momento decisivo não falte e nada corra mal com esse sentido de dever e compromisso com a segurança dos courenses, o Grupo Municipal do PSD vota favor. -----

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ponto nº 12: Nomeação de representante dos presidentes de junta, eleito pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos do artigo 57º nº1, d), do DL nº 21/2019, de 30 de janeiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram apresentadas as listas: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por Américo Carlos Fernandes Pinto, presidente da JF de Cunha e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Sérgio Miguel Barbosa da Costa, presidente da JF de Vascões.-----

Por escrutínio secreto e por maioria, foi designado Américo Pinto, presidente da Junta da freguesia de Cunha, representante dos presidentes de junta para integrar o Conselho Municipal de Educação com 26 (vinte e seis) votos a favor; Sérgio Costa obteve 6 (seis) votos. Houve 1 (um) voto em branco.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

CONSELHO CONSULTIVO DE PAISAGEM PROTEGIDA DO CORNO DE BICO

Ponto nº 13: - Nomeação de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico, nos termos da alínea b) do artigo 9º do Decreto-Regulamentar n.º 21/99, de 20 de setembro. -----

Foram apresentadas as listas: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por Armando Ferreira Feijó, presidente da UF de Bico e Cristelo e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Miguel Filipe Rocha Viana.-----

Por escrutínio secreto e por maioria, foi designado Armando Feijó, presidente da UF das freguesias de Bico e de Cristelo, representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Paisagem Protegida do Corno de Bico com 24 (vinte e quatro) votos a favor; Miguel Viana obteve 7 (sete) votos. Houve 2 (dois) votos em branco.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

CONGRESSO NACIONAL DA ANMP - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA

Ponto nº 14: - Nomeação de um presidente de junta de freguesia e seu substituto, também presidente de junta, que em representação de todas as juntas do Município, participa no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos do artigo 6º dos respetivos Estatutos. -----

Foi apresentada a lista: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por Luís Miguel Barbosa Montenegro, presidente da JF de Coura e como seu substituto, Laurentino Pereira Alves, da UF de Cossourado e Linhares – O Partido Social Democrata não apresentou lista.-----

Por escrutínio secreto e por maioria, foi designado Luís Miguel Barbosa Montenegro, presidente da Junta da freguesia de Coura, representante dos presidentes de junta para participa no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com 25 (vinte e cinco) votos a favor. Houve 7 (sete) votos em branco e 1 (um) nulo. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Filipe Alexandre Barbosa Ferreira ausentou-se da sessão, por motivos profissionais. -----

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Ponto nº 15: - Designação de quatro cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, nos termos da alínea l), artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. -----

Foi apresentada a proposta conjunta do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, para designação de quatro cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, constituída por Maria do Carmo Pereira Cerqueira; Ana Cláudia Lages da Rocha; Marta Sofia Lopes Dantas e Adrien Alberto Fernandes Rosa. -----

Por escrutínio secreto foram eleitos: Maria do Carmo Pereira Cerqueira; Ana Cláudia Lages da Rocha; Marta Sofia Lopes Dantas e Adrien Alberto Fernandes Rosa, com 32 (trinta e dois) votos, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. -----

Houve 01 (um) voto em branco. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

Ponto nº 16: - Designação de até 02 representantes das freguesias do concelho para integrarem a Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos da alínea b), do nº3, artigo 29º, do DL nº 82/2021, de 13 de outubro. -----

Foram apresentadas as listas: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por José Alberto Rosas Mota, presidente da freguesia de Parada e João Paulo Peres Alves, presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Miguel Filipe Rocha Viana e José Augusto Viana de Sousa.

Por escrutínio secreto e maioria, foram designados: José Alberto Rosas Mota, presidente da freguesia de Parada e João Paulo Peres Alves, representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais com 25 (vinte e cinco) votos a favor. -----

Miguel Filipe Rocha Viana e José Augusto Viana de Sousa obtiveram 6 (seis) votos. Houve 1 (um) voto em branco. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

CONSELHO CINEGÉTICO

Ponto nº 17: - Designação de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético, nos termos da alínea e), do nº 2, artigoº 157º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua redação atual. -----

Foram apresentadas as listas: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por António Soares Gonçalves Pereira, presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Miguel Filipe Rocha Viana. -----

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por escrutínio secreto e maioria, foi designado António Soares Gonçalves Pereira, presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira, representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Cinegético com 25 (vinte e cinco votos) a favor; Miguel Filipe Rocha Viana obteve 6 (seis) votos. Houve 1 (um) voto em branco.-----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Ponto nº 18: - Designação de um representante das juntas de freguesia do concelho para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do disposto na alínea i) do artigo 41º, da Lei nº 27/2006, de 03 de julho, na sua redação atual.-----

Foram apresentadas as listas: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por Carlos Fernando da Cunha Páris, presidente da freguesia de Romarigães, como efetivo, e Maria Lucinda Barreiro Pereira, presidente da freguesia de Castanheira e José Manuel Pereira Gomes, presidente da Freguesia de Infesta e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por Sérgio Miguel Barbosa da Costa.-----

Por escrutínio secreto e maioria, foi designado Carlos Fernando da Cunha Páris, presidente da Freguesia de Romarigães, representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil com 25 (vinte cinco) votos a favor. Sérgio Miguel Barbosa da Costa, presidente da JF de Vascões, obteve 6 (seis) votos. Houve 1 voto em branco. -----

No termo da reunião, e para efeitos imediatos, deliberou-se, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA

Ponto nº 19: - Designação de um membro da Assembleia Municipal e de um cidadão para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia, nos termos das alíneas b) e d), artigo 6º, do Regulamento Municipal de Toponímia e de Numeração de Edifícios do Município de Paredes de Coura. -----

Foram apresentadas as listas: “A”, pelo Partido Socialista, constituída por José Manuel Braga de Sousa, membro da Assembleia, e Eduardo Daniel Esteves Cerqueira cidadão do Município, e “B” pelo Partido Social Democrata, constituída por José Augusto Viana de Sousa e João Jorge da Cunha, para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia. -----

Por escrutínio secreto e maioria, foram designados: José Manuel Braga de Sousa, membro da Assembleia, e Eduardo Daniel Esteves Cerqueira, cidadão do Município, para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia, com 25 (vinte e cinco) votos a favor. -----

José Augusto Viana de Sousa e João Jorge da Cunha obtiveram 6 (seis) votos. Houve 1 (um) voto em branco.--
No termo da reunião e para efeitos imediatos, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES A CUSTOS CONTROLADOS

Ponto nº 20: Apreciação, discussão e votação da proposta de regulamento de atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados, no concelho de Paredes de Coura. -----

Presidente da Câmara: O regulamento foi oportunamente distribuído e remetido para a vossa apreciação e procuramos fazê-lo com o máximo tempo que fosse possível para alguma possibilidade de análise e estudo por todos, atendendo a que são sempre questões mais difíceis, mais herméticas e, portanto, exigem sempre uma reflexão mais aprofundada. -----

Esta proposta foi elaborada durante bastante tempo e tem por base regulamentos que foram aplicados em situações semelhantes. -----

Essa base foi trabalhada tendo sido inicialmente feita uma reunião com todos os representantes das forças políticas com divulgação prévia para que pudessem verificá-lo também com algum tempo. -----

Dessas reuniões, resultou um conjunto de contributos que foram reduzidas a escrito e vertidas para o regulamento. Portanto, acabaram por ser já fiscalizadas por vocês, no caso pelas diversas forças políticas, a CDU, o PSD e com o com os membros do PS. Todas as participações acabaram por ser refletidas nesse texto que também foi submetido à consulta pública e, posteriormente, o relatório da consulta pública, junto com o documento. Acabou, assim, por ser verificado em várias sedes, por várias pessoas com várias sensibilidades e o resultado está agora à vossa apreciação. -----

Foi esta a versão final que agora é proposta à votação da Assembleia. Temos o entendimento que é necessária uma definição e, portanto, este regulamento é sobretudo essa definição que era necessária para que se pudessem desencadear os procedimentos para que as pessoas pudessem concorrer, para que pudessem inscrever-se e ter acesso aquilo que é a almejada habitação que acreditamos, seja uma perspetiva de solução para muitas pessoas em Paredes de Coura e, portanto, urgia que fosse definido este regulamento e que fosse apresentado. -----

A nosso ver, o regulamento torna o direito à habitação uma realidade concreta, neste caso concreto, limitado ao número de fogos existente, como é evidente. Sendo que na Estratégia Local de Habitação não é a única solução em vista e que o trabalho precisa continuar a ser desenvolvido. -----

Trata-se de uma solução transparente, partilhada e construída com o contributo de todos, socialmente justa e orientada para a fixação da população, que são os seus objetivos fundamentais. Acreditamos que esses princípios estão devidamente expressos e refletidos no texto que submetemos à vossa apreciação. -----

Fico disponível para esclarecer quaisquer dúvidas ou responder às questões que entendam colocar. -----

Natividade Barbosa – PPD/PSD: “Neste ponto número 20 do regulamento da atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados, vamos votar contra por questões muito simples que não estão especificadas, até agora. -----

Não sabemos se o regulamento realmente cumpre todas as normas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porque é que até agora não anunciaram os valores de venda das frações desde T1, T2 e T3 que têm de ter um valor comercial para venda de que nós não estamos de acordo. E sobre os espaços comerciais, como é que vai ser gerida a legalidade de quem fica com as lojas. Não se falou até agora dos espaços comerciais, era importante saber os valores. E, acima de tudo, achamos que em Paredes de Coura as habitações mereciam ser arrendadas para fixar os jovens, porque no início de vida toda a gente sabe que há muita dificuldade na atribuição de crédito. -----

Quem tem a facilidade de ter um crédito garantido são pessoas que já estão estabilizadas, têm uma vida profissional já iniciada, já estão no mercado de trabalho. Agora, quem não está torna-se complicado, portanto, acho que o arrendamento seria fundamental para o concelho”. -----

Tatiana Gonçalves Sardinha - CDU: “No entendimento da CDU, os critérios de pontuação definidos deviam ser determinantes para a atribuição dos fogos. A introdução de um sorteio posterior, tal como previsto no artigo 15º do documento apresentado, acaba por desvirtuar o próprio objetivo do sistema da pontuação. E o qual já incorpora parâmetros essenciais, como a idade dos candidatos, a composição do agregado familiar e o nível dos rendimentos. -----

Ainda que reconheçamos que este método é adotado noutros municípios e pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, consideramos que a salvaguarda da justiça e da transparência do processo exige que a atribuição dos fogos respeite a hierarquização resultante da pontuação obtida pelos candidatos. -----

Assim, entendemos que o recurso do sorteio deve ser excecional e limitado exclusivamente a situações de empate entre candidaturas, quando os critérios de desempate se revelem ineficazes, acresce ainda uma preocupação relevante relativamente ao facto dos candidatos apenas poderem concorrer a uma tipologia de habitação. Esta limitação, ao prever uma natural preferência por tipologias superiores, neste caso o T3, pode conduzir a situações em que agregados com menor pontuação acabem por ser admitidos em detrimento de outros que têm uma maior necessidade objetiva. E isto faz com que o propósito do sistema de pontuação acabe por se espairecer. Entendemos por isso que devia ser considerada a possibilidade de candidatura a mais que uma tipologia, garantindo uma atribuição mais justa, adequada às necessidades reais dos agregados e coerente com os critérios definidos. -----

Presidente da Câmara: “Começando pela intervenção de Natividade Barbosa, membro do PPD/PSD, uma das questões que coloca diz respeito à questão de o arrendamento ser mais fundamental e mais prioritário do que a venda. Bem, isto leva-nos aqui a um exercício de encadeamento que é necessário salvaguardar. -----

Este exercício de encadeamento surge com a Estratégia Local de Habitação. E a Estratégia Local de Habitação foi iniciada em 2018 e a primeira versão em 18/12/2020. Essa primeira versão, que foi aprovada por unanimidade, contemplava a solução que falamos exatamente aqui nos moldes em que ela está apresentada. Portanto, a solução de arrendamento, tal como foi definida, ou é proposta aqui, não estava vertida no documento que foi aprovado em 2018, pelo PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, não nos parece coerente suscitar essa questão nesta fase, atendendo a que, admito que talvez naquela altura pudessem ter uma visão diferente e que ela pudesse ter alterado. Pode ter sido alterada e se é o caso, tem toda a legitimidade para o fazer, mas não sendo esse o caso, em 2023, aquando da atualização da Estratégia Local de Habitação, e também trouxe a ata para vos recordar, aprovada em 17/04/2023. E, nesta solução, foi incluída, de facto, uma solução de arrendamento, que também foi aprovada por unanimidade, com o PSD. -----

Logo, o que está em causa, nos dois casos, foi a aprovação unânime da mesma Estratégia Local de Habitação, que, no fundo, apenas se vai consubstanciar. -----

Nestes termos, este elemento que estamos hoje a aprovar é um dos elementos dessa Estratégia Local de habitação. E se calhar, de todos eles, nem tão o mais importante, porque são critérios que vão definir a hierarquização, ou seja, a forma como serão atribuídos, verdadeiramente, os fogos que irão ser vendidos. Recordo que os fogos que vão ser vendidos são uma parte dos fogos que vão ser disponibilizados porque existe também a componente de arrendamento, que também recordo, foi posterior e foi aprovada. -----

A estratégia em si e o timing, eu admito, como digo, e tem toda a legitimidade para votar contra, contanto que esclareçam, de facto, se o que está em causa é terem mudado de opinião ou se está, o que está em causa é terem-se enganado em alguns dos momentos, neste que querem votar contra ou no outro que votaram a favor. Isto, no que diz respeito à questão da proposta de arrendamento, que não é o que está aqui em causa, neste momento, e está a ser apreciado pela Assembleia. -----

O que está a ser apreciado pela Assembleia é um regulamento para a hierarquização das candidaturas e a atribuição das candidaturas para quem vai comprar aqueles fogos. É isso que está aqui em causa. Repito, não está em causa a alteração do projeto, tal qual foi aprovado por esta mesma Assembleia em 2018 e novamente aprovado, pelo menos a alteração sufragou, novamente, e voltou a concordar com ela em 2023. Isso, de todo, não estará aqui em causa e, portanto, convém sermos claros na maneira como transmitimos às pessoas essa nossa posição, que, sendo legítima, volto a dizer, é perfeitamente legítima a posição de dizer, não nos revemos nesse regulamento, contanto que esclareçam que não é uma questão de não estar prevista a solução de arrendamento. Ela está prevista numa outra modalidade e foi sufragada pelo PSD, tal como pelo PS, como todas as forças que integravam, na altura, a Assembleia Municipal. -----

No que diz respeito aos espaços comerciais, a atribuição dos espaços comerciais não está definida neste regulamento, portanto, sendo propriedade da Câmara, poderão, posteriormente, ser atribuídos através de hasta público. Os critérios estão perfeitamente definidos.-----

Portanto, nada de menos transparente nesse aspeto. -----

Quanto à intervenção de Tatiana Sardinha que referiu a questão de justiça, ou seja, no fundo, a hierarquização das várias candidaturas deveria expressar a forma como elas depois são entregues ou são vendidas, e eu reconheço que é uma crítica que se pode colocar a este regulamento e eu próprio a merecer talvez da mesma formação que coloquei em causa desde o início. A questão tem sobretudo a ver com existir um cariz de aleatoriedade que deva estar sempre associado a este processo. Eu acho que vamos ter, definitivamente, muitas candidaturas. Muitas delas cumprindo todos os requisitos que lá estão e a hierarquização poderia cair no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

absurdo de poder ir ao detalhe de alguns centímetros ou então até ser por ordem alfabética. Estou aqui a ir ao limite do possível e, portanto, este cariz de aleatoriedade que é dado pelo sorteio e que é, de certa forma, unânime em praticamente todos os regulamentos que vamos encontrando pelo país inteiro, incluindo o que o próprio IHRU, também lhe confere. Ele dá uma natureza de maior credibilidade a todo o processo. E eu acho que também é esse o fundamento essencial aqui do sorteio e, portanto, usando aquela máxima de que a justiça é sempre relativa, não é sempre a justiça possível diante de todos os critérios possíveis. Eu acho que é um bocadinho o que foi definido neste regulamento. -----

Tatiana fazia também menção à possibilidade da inscrição e mais do que uma tipologia. Também é uma crítica possível e eu creio que também foi colocada essencialmente no processo de preparação do regulamento. Mais uma vez poderemos ir ao extremo neste caso do sorteio, que é quem se inscrevesse em todas as possibilidades, até poderia ter mais do que uma e, portanto, caímos um bocadinho no risco máximo desse perfil de aleatoriedade. -----

E então o que esteve aqui em causa foi estarmos a falar de um recurso que é escasso, estarmos a falar de possibilidades de imóveis, de fogos que são poucos, tendo em conta o contexto da necessidade. E, portanto, tentamos fazer aqui a maximização, ou seja, quem concorre irá de encontro às suas necessidades. Definir aquela que é a tipologia de apartamento ou de prédio que mais se adequa à sua situação familiar e que mais permite maximizar o recurso económico público. Por esse motivo é que se limitou em relação a uma única tipologia e não a todas as tipologias. -----

Todas as participações são de facto meritórias. Como digo, o facto é que o regulamento reúne em si a participação de várias entidades e de vocês todos durante todo um processo. É um processo que é dinâmico. É evidente que estamos a olhar para ele neste momento, até porque temos uma certa necessidade. Eu não referi na apresentação, mas gostava de o referir que o processo, por ser tão fiscalizado e por termos a necessidade de o credibilizar tanto, ele demorará no mínimo cerca de sete meses. Portanto, tendo em conta o momento em que estamos, esses sete meses no tempo, nós precisamos de o aprovar o quanto antes para que ele seja consequente. O objetivo deste regulamento não é que ele seja só aprovado, é que possamos daqui a alguns meses ter pessoas a viver nos apartamentos com eles concluídos, e pessoas a morar lá para que possamos rentabilizar aquele que é um investimento, parece-me a mim, nuclear. -----

Manuel Monteiro - PS: Penso que as explicações apresentadas pelo senhor presidente da Câmara foram suficientemente esclarecedoras. No entanto a nossa intervenção vem mais no sentido de que tínhamos alguma esperança de que a coerência tivesse algum sentido. E de que o PSD é conhecedor da história e de todos os procedimentos que conduziram à implementação da Estratégia Local de Habitação iniciada em 2018. E que durante todo este tempo ainda não se falava na urgência da habitação, como hoje se fala. -----

A crise de habitação tem sido atribuída erradamente a grupos sociais de outra natureza que nos leva, de facto, a presumir, talvez com alguma ingenuidade, que o PSD viesse aqui, pelo menos com um voto de abstenção, já que agora podia eventualmente também ser para arrendamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ora, todo o procedimento está feito para que seja venda. Em articulação com o IHRU e com quem assumiu a própria construção. Portanto, todos os procedimentos são do nosso conhecimento nos últimos anos. Desde 2018, como disse, temos vindo a tratar desta dimensão social que temos em mãos. -----

Por fim, diria que é urgente que aprovemos este regulamento, tal como disse o sr. Presidente da Câmara, para que, de facto, as habitações possam ser postas ao serviço de quem nós entendemos que têm urgência em as habitar. Por isso, se aprovarmos este regulamento, é uma boa prenda de Natal para todos os courenses. -----

José Augusto Sousa – PPD/PSD: Acho um pouco estranho que o PS venha falar em coerência nesta matéria. ----

É verdade que quando estávamos em 2018 aprovamos a Estratégia Local de Habitação. É claro que em 2023, já com a pressão do nosso vereador na Câmara Municipal, começamos a falar do arrendamento, mas o curioso é que todos os outros investimentos feitos pelo Partido Socialista no âmbito da habitação, feitos em Paredes de Coura, nenhum deles foi para venda. -----

Na rua 25 de Abril foram toda a construção foi para arrendamento e só mais tarde, ao fim de 20 ou 30 anos, é que surgiu a possibilidade de aquisição, por compra. -----

Na rua do Bombeiros Voluntários a mesma situação. -----

Quem fala em coerência, sr. membro do Partido Socialista. Pelo passado a coerência já deixou de contar. O que parece contar é apenas o que aconteceu de ontem para hoje. Foram vocês e vem com o voto favorável do PSD. O que está em causa não é de 1976, mas que agora estamos na mesma emergência social. É que é preciso fazer casas para os mais necessitados. E é exatamente a necessidade de construir casas e de arranjar soluções para os mais necessitados que leva o PSD a transmitir que também neste caso concreto, se deva optar pelo arrendamento e pelo arrendamento temporário que permite que as pessoas ascendam às próprias casas, para daqui a 10 anos, quando tiverem melhores condições para comprar novas casas, possam libertar as que habitam para novos casais. -----

Isso mostra adaptabilidade, não é alteração. Quem mudou a posição estratégica ao longo do tempo não foi o PSD. O PSD não ganhou a Câmara, quem tem ganhado as câmaras desde 79, como o senhor disse, é o PS. -----

Todas as anteriores construções foram sempre para arrendamento e depois a atual Câmara e a sua Câmara onde também esteve há 12 anos, e onde eu estive também, a sua Câmara também não fez nada do ponto de vista de habitação, nem para venda nem para arrendamento e, portanto, caros colegas, o PSD obviamente, apresentará os motivos de voto contra. Este lote foi adquirido na Câmara Municipal do último mandato do sr. Presidente Pereira Júnior, por troca de um outro lote e vá ver às declarações de voto, já que foram buscar as atas todas. E passaram 16 anos. Para que é que era naquela altura, quando agora falaram de Estratégia de Habitação, é que vocês esquecem que andaram a dormir este tempo todo e agora dizem que nós é que mudámos. Não, quem tem mudado é o PS e nós continuamos a dizer que é necessário investir na habitação, mas é necessário investir na habitação, tal como sempre se investiu em Coura, na construção de casas para as pessoas mais necessitadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Natividade Barbosa – PPD/PSD: Perguntou ao presidente da Câmara sobre os valores das tipologias. Que na sua intervenção não respondeu a essa questão.-----

Manuel Monteiro – PS: Dr. José Augusto, que coerência é essa de recuar até 1976 para falar de um bairro que foi criado para alojar técnicos e população local? Não foi assim? E qual era, então, o problema do Centro de Saúde de Paredes de Coura? O senhor vivia cá; eu não. O problema era simples, nem sequer era possível instalar os médicos que hoje são proprietários. É verdade ou não? Na altura, a solução passava pelo arrendamento, certo. E agora vem falar de coerência. Quando me referi à sua coerência nesta Assembleia, estava a falar do período a partir de 2018. Não falei de antes de 2018. O senhor foi buscar esse argumento para tentar justificar o quê? Que não mudou de opinião? Mudou, e fê-lo com toda a legitimidade. O que se exige é apenas que assuma que mudou de opinião e mais nada. Era isso que estava em causa. -----

O senhor tentou fazer aqui um número com 76, evocou a transação dos lotes, mas esqueceu um ponto essencial, a Estratégia Local de Habitação resulta da ação do Governo do PS, não do Governo de Passos Coelho. Ou resulta? Foi anterior? Não foi. -----

Além disso, esta estratégia resulta também do facto de, durante muitos anos, nem o senhor, nem eu, nem ninguém falar de problemas de habitação em Portugal. Hoje falamos. E em Coura sempre houve problemas, não exatamente de habitação, mas de compra e venda de habitação, por nenhum promotor privado querer investir em Coura. Porque há baixo poder de compra. -----

E por uma coisa muito simples. Há aqui concelhos que o têm feito exatamente, ao contrário do que têm feito em Paredes de Coura, onde não se tem privilegiado a propriedade horizontal. Querem exemplos, com o esvaziamento das freguesias. Pois é, há vilas que crescem e mostram, estamos a crescer. Têm crescido e têm esvaziado as freguesias. Aqui, felizmente não. Felizmente, sublinho, não. A banca tem sido um enorme fator ao ajudar no estímulo que as pessoas têm para construir habitação. Percorra o concelho. Faça isso! Eu admito que quem não conhece o concelho, não tem essa visão. O senhor deve ter. O senhor percorra o concelho. Veja quantas casas são habitadas por casais jovens. Quantos casais jovens investiram, contraindo empréstimos e vivendo nas freguesias. Ao contrário de muitas vilas circundantes, onde a propriedade horizontal é estimulada.

Portanto, não venha com a história da coerência. E a história da coerência era aquilo que eu disse e sem necessidade ir lá atrás. Olhe, em 76 o governo municipal era do PSD. Vocês nem sequer conseguiram manter o vosso presidente de Câmara. E já que vai por aí, convém que toda a gente fique a saber, quem não estava aqui, e alguns que ainda nem tinham nascido. Para que servem também as assembleias municipais, para saberem, vocês não conseguiram segurar o vosso Presidente de Câmara! Portanto, a coerência era naquilo que eu estava a dizer e o PS nem sequer foi agressivo. E se vocês olhassem para o histórico, podiam dizer, se calhar a gente podia agir de outra forma. Mas não olharam, como é costume. -----

Nós votaremos a favor, como é evidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: Para responder a Natividade Barbosa, os valores estão definidos pelo IHRU e por metro quadrado. O preço final reflete esses custos. -----

O que está em causa no regulamento não é propriamente o preço da habitação, mas o método como são hierarquizadas as pessoas, depois de sorteadas, nada as impede de celebrar o negócio. Se reparar, no próprio documento tem a possibilidade de existir pelo menos o dobro dos efetivos. Portanto, 9 suplentes, se não estou em erro, são 18 ao todo, precisamente para essas situações em que possa suprir. -----

Em relação ao preço, só uma última reflexão. Relativamente à questão da venda ou do arrendamento, não deixa de ser simbólico que estejamos aqui a falar de uma solução de venda que não exclui os privados. O que estamos aqui a discutir é que esta Câmara tem uma solução de venda. E vou dizer outra vez, esta Câmara que aprovou a Estratégia Local de Habitação, tal como o PSD aprovou, tem uma solução de construção e venda de imóveis a custos controlados que não exclui o privado. Ou seja, não estamos a falar de uma situação em que a Câmara vai construir e vai entregar aos privados a título de arrendamento ou outra solução semelhante. Estamos a falar de uma situação em que foi feita uma hasta pública para venda de um imóvel em que é o próprio privado que investe e constrói e, portanto, deveríamos olhar aqui, como realmente são as coisas e deveríamos reconhecer que simbolicamente o que esta Câmara não fez foi excluir os privados, tal como não fez em muitas outras soluções. -----

O que o PSD estava a referir era precisamente o contrário. Era que a solução que pudesse agora ser implementada excluísse o privado. Ou seja, a Câmara Municipal vai construir para arrendar, então obviamente que a propriedade seria municipal e a exploração seria municipal. Refiro isto apenas e simbolicamente porque acho que olhando para as cores que me parecem evidentes quando se faz uma proposta de nós e deles, talvez não fosse tão expectável, mas a verdade é que essa é a solução que está em cima da mesa. É uma solução que não exclui os privados.-----

Quanto à questão da adaptabilidade, o Dr. José Augusto usou-a muito bem. Quanto a essa questão, eu tenho mais em uso a referência como coerência. Quando mudo de opinião de forma coerente, reconheço isso, não faz de mim menor ou pior. Reconheço o que não gosto e, de facto, reconheço que fui buscar as atas com esse objetivo. É de não saber a quantas ando e, portanto, como não gosto de saber, eu sei que o Dr. José Augusto vai começar em 1976. Eu reconheço que foi buscar a 1976, mas o que eu digo é quando o Dr. José Augusto era o representante do grupo municipal e, portanto, deve ter certamente memória, eu, em 1976 não existia e passei uns anos sem existir ainda até 82. Portanto, não poderia de maneira nenhuma ter memória desse momento, mas eu tenho a certeza de que o Dr. José Augusto deveria ter memória de 18/12/2020, tal como eu tinha e de 17/04/2023, porque se há coisa que nós não devemos nunca, para não perder a coluna vertebral, é perder a memória. E pronto é no fundo, a apresentação dos pontos e o esclarecimento que me foi colocado. -----

A proposta de regulamento de atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados, no concelho de Paredes de Coura, depois de submetida à votação, foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 23 do PS, 2 independentes, 1 abstenção do PPD/PSD; 1 voto contra do PCP/PEV, 5 votos contra do PPD/PSD, com declaração de voto do PPD-PSD. -----

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No termo da reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

Natividade Barbosa – PPD/PSD: apresentou a declaração de voto, com o seguinte teor: “Neste regulamento de atribuição de habitações em regime de venda a custos controlados, o grupo municipal do PSD vota contra a proposta de regulamento de atribuição destas habitações. -----

Votamos contra porque entendemos que num concelho com dificuldades reais de acesso à habitação, sobretudo para jovens e jovens casais, a prioridade do município deve ser aumentar a oferta da habitação para arrendamento. E não promover a venda de um número limitado de casas que, inevitavelmente, acabará por beneficiar apenas alguns. A habitação municipal, quando é financiada e promovida com objetivos públicos, deve servir para garantir uma resposta social e estruturante, com impacto duradouro e com justiça. O arrendamento acessível, especialmente nos primeiros anos de vida familiar, é a ferramenta mais equilibrada para apoiar quem está a começar a sua vida, permitir a mobilidade e estabilidade sem endividamento imediato e assegurar que o investimento público continue a servir a comunidade ao longo do tempo. E aqui deixamos um apelo claro a todos os deputados municipais e presidentes de junta que despissem a capa partidária por um momento e que pensassem nos jovens do concelho e nas pessoas que representam, sim, porque representam quem votou em vocês, perguntem-se com honestidade. É esta a solução que corresponde às necessidades reais da habitação em Paredes de Coura? Claramente não! Porquê? Ao aprovarem este regulamento serão também cúmplices desta decisão. Não esqueçam disso. E mais ainda, não sejam cúmplices do discurso executivo, acaba por ser cúmplice da narrativa que promete 50 fogos novos para arrendamento acessível, omitindo que esses fogos ainda não saíram do papel e que se forem executados com a mesma velocidade com que tem sido executada a entrega destes vinte e sete, então nem daqui a dez anos estarão disponíveis para os courenses. Ao optar pela venda, o município está a alienar património público e a reduzir no futuro a capacidade de apoiar mais famílias courenses e pior, esta medida, tal como está desenhada, tende a favorecer agregados que já conseguem aceder ao crédito bancário e competir num processo de compra. Ora, quem consegue recorrer ao crédito bancário, ainda que com esforço, não é por definição, o grupo mais vulnerável nem o que mais precisa de uma intervenção pública deste tipo. Além disso, este regulamento, tal como nos é apresentado, não dá garantias reais da equidade e eficácia. Não esclarece com robustez necessária como se evita que o modelo acabe por repetir o que tantas vezes acontece, um benefício concentrado em poucos, sem resolver o problema de fundo do concelho, que é a falta de oferta estável e acessível para arrendamento. E há ainda uma questão essencial de transparência que não podemos ignorar ainda relativa à habitação, não se compreende porque é que ainda não é público o valor das frações por tipologia. Isto contrasta com o setor privado, cujo valor é anunciado no início da construção, muitas vezes ainda em projeto. Aqui, pelo contrário, é tudo nebuloso. O que nos chega são estimativas de valores, mas nunca foi apresentado um valor exato, oficial, claro, transparente por tipologia. Como é que se pede confiança às pessoas, como é que se pede aos jovens que planeiem a sua vida se nem o preço é assumido com clareza? Sim, porque para irem ao banco pedir um crédito, têm de saber mais ou menos um valor que é atribuído pelos valores que consigam em termos de taxa de esforço. Há ainda uma questão de credibilidade e execução. Infelizmente, a experiência no concelho mostra-nos que as casas raramente ficam prontas a tempo. Os prazos

MANDATO DE 2025 A 2029



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

derrapam e os processos arrastam-se um regulamento por si só não resolve nada se não houver capacidade efetiva de construir, concluir e colocar as habitações disponíveis com previsibilidade e com transparência. O PSD defende uma política de habitação que seja sempre centrada no arrendamento acessível, com critérios simples e justos para todos, dirigida a quem realmente precisa e com prazos de execução que se cumpram. Há ainda um aspeto que não posso deixar passar porque já começa a roçar o absurdo. Chegou-nos aos ouvidos que o PSD está a ser apontado como responsável pelo atraso na entrega destas habitações. Ora, isso é, no mínimo, uma tentativa muito criativa de reescrever a história. Recordem-se que estes terrenos foram adquiridos ainda no tempo do Presidente Pereira Júnior. Desde então, passou tempo mais do que suficiente para o processo tivesse sido concluído. A realidade é simples, as casas não estão prontas e isso não é responsabilidade de quem está na oposição, é responsabilidade de quem governa, planeia, adjudica, executa e fiscaliza. E já agora, há aqui outra questão que o Regulamento não esclarece com transparência que exige a questão das lojas comerciais que não são faladas. Não sabe porquê? Pergunta-se também quem vai ficar com as lojas, será o promotor ou não, ou será a Câmara para arrendamento através de um concurso público ou para venda? Vai haver condições iguais para todos ou vamos assistir, outra vez, a decisões pouco claras e a benefícios concentrados em meia dúzia de pessoas. -----

Portanto, imputar ao PSD atrasos de execução quando o executivo do PS está no comando da Câmara é francamente ridículo e só serve para desviar a atenção do essencial. Falta de clareza nesta situação, falta de estratégia e falta de capacidade de cumprir prazos e entregar soluções reais às pessoas. -----

Por estas razões, por justiça social, por boa gestão de património público e por respeito pelas necessidades reais dos courenses, especialmente os jovens, o grupo municipal do PSD apresenta declaração de voto contra, como já foi dito antes. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto nº 21: - Intervenção do público. -----

Presidente da Assembleia: Lembrou que no dia 12 de janeiro haveria uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte, pelas 17h30 e de seguida uma reunião do grupo de trabalho de revisão do Regimento. -----

Finalizou dizendo que a Mesa deseja a todos os membros e a todas as pessoas presentes uma boa passagem de ano e um ano feliz. -----

Presidente da Câmara: Agradeceu a todos dizendo ter sido um gosto estar a debater com a assembleia durante toda a tarde. Acrescentou que desejava a todos um bom final de ano, em paz vivido com as respetivas famílias. Explicou que foi um objetivo, não deixar a realização da Assembleia Municipal para os últimos dias, como é evidente, por considerar importante haver algum tempo para a família neste período. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Convidou todos os membros a estarem presentes na festa de final de ano na Vila, salientando ser sempre um momento de convívio. -----

Por fim, desejou que o próximo ano seja um ano em cheio para todos, para as suas famílias e sobretudo para Paredes de Coura. -----

ENCERRAMENTO

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----